



mutualidades
portuguesas

mais de 2,5 milhões de beneficiários



RELATÓRIO

E CONTAS DE 2016

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 21.º dos Estatutos desta União, convocam-se as Associadas da União das Mutualidades Portuguesas (UMP) a reunirem em **Assembleia Geral Ordinária**, a realizar no próximo dia **18 de março de 2017, às 09h00, no Auditório Municipal de Tondela, sito na Rua Comendador Alberto Cardoso Matos, n.º 97, 3460-554 Tondela, na cidade e concelho de Tondela, distrito de Viseu**, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas de 2016 e do respetivo Parecer do Conselho Fiscal;
2. Outros assuntos de interesse para a União e suas Associadas.

Nos termos do art.º 23.º, n.º 2, a Assembleia Geral reúne à hora marcada na convocatória se estiverem presentes mais de metade dos Associados com direito de voto ou meia hora depois com qualquer número de presenças.

Os documentos aludidos na presente convocatória são enviados em conjunto com esta e estão disponíveis para consulta na Sede da **União das Mutualidades Portuguesas** e no sítio da Internet desta União, em www.mutualismo.pt, desde a data desta convocatória.

Lisboa, 3 de março de 2017

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

Luís Filipe Coelho Oliveira Costa

Nota: Chama-se à especial atenção das Associadas para a Informação constante no verso da presente Convocatória.



UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS

Informação

A Mesa da Assembleia Geral da União das Mutualidades Portuguesas chama à especial atenção das Excelentíssimas Associadas para as seguintes disposições Estatutárias e Regulamentares, relacionadas com a composição e funcionamento da Assembleia Geral:

1º - Nos termos do número 4, do artigo 7º dos Estatutos da UMP, “As quotas consideram-se vencidas no primeiro dia dos meses a que digam respeito e são satisfeitas antecipadamente, por trimestre, semestre ou ano”. Por outro lado, nos termos do número 4 do artigo 10º dos Estatutos da UMP, “Os associados efetivos e participantes só poderão exercer os seus direitos se tiverem em dia as quotas”.

2º - Nos termos do artigo 2º do Regulamento de Funcionamento de Assembleia Geral da UMP:

“Artigo 2º (Composição e representação)

- 1. A Assembleia Geral é constituída por todos os Associados que estejam no pleno exercício dos seus direitos associativos.*
- 2. Com vista a instruir um dossier de apoio às Assembleias Gerais, os Associados devem enviar cópia simples dos Autos de Posse e dos Estatutos para a sede da UMP.*
- 3. As Associações Mutualistas participam, em princípio, na Assembleia Geral da UMP através de pessoa singular que seja membro da respetiva Direção/Conselho de Administração devendo ser portador de carta-mandato para esse efeito, salvo se a UMP possuir cópia dos documentos mencionados no número anterior, caso em que bastará a esse representante identificar-se, através de documento idóneo, para nela poder participar e votar.*
- 4. As Associações Mutualistas podem participar na Assembleia Geral através de qualquer outra pessoa singular desde que a mesma apresente, no dia da Assembleia Geral, carta-mandato dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.*
- 5. Os Associados podem fazer-se representar por outros Associados, devendo o Associado Mandatário ser portador de carta-mandato do Associado mandante, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e entregue no dia da Assembleia Geral.*
- 6. As cartas mandato referidas nos números anteriores devem identificar claramente o Associado mandante e a pessoa singular sua representante ou o Associado Mandatário, devendo ser assinada por quem tem poderes para o ato e as assinaturas reconhecidas nos termos da Lei, salvo se a UMP dispuser de cópia dos documentos referidos no número 2 deste artigo, caso em que o reconhecimento das assinaturas não será necessário.*
- 7. É permitida a inscrição de qualquer Associado para participar e votar na Assembleia Geral até ao encerramento da sessão, seja em primeira sessão ou em qualquer um dos seus prolongamentos.*
- 8. No caso em que a Assembleia funcione em mais de uma sessão, a inscrição/acreditação dos Associados far-se-á apenas uma vez e em qualquer uma das sessões podendo, todavia, os Associados alterar os seus representantes”.*



ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO	1
II. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2016	2
1. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UMP.....	2
1.1. COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO – ADENDA PARA 2016	2
1.2. GRUPO DE TRABALHO IRCT.....	2
1.3. APOIO TÉCNICO ÀS MUTUALIDADES	3
1.4. PLATAFORMA MUTUALISTA.....	3
1.5. CENTRO INFANTIL DR. ANTÓNIO DA COSTA LEAL (CIDA CL).....	4
1.6. FUNDO DE SOCORRO SOCIAL.....	4
1.7. ADENDA AO COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO 2016	4
1.8. PROTOCOLOS DE COOPERAÇÃO	5
1.9. MUTUAL IN.....	5
1.10. FORMAÇÃO INTERNA.....	5
1.11. EVENTOS.....	5
2. SAÚDE	12
2.1. FARMÁCIAS SOCIAIS.....	12
2.2. ASSISTÊNCIA MÉDICA.....	12
3. SEGURANÇA SOCIAL.....	13
3.1. CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOCIAL (CNES) E COMISSÃO PERMANENTE DO SETOR SOCIAL (CPSS).....	13
3.2. COMISSÃO NACIONAL DE COOPERAÇÃO (CNC) E COMISSÃO DISTRITAL DE COOPERAÇÃO (CDC)	14
3.3. FUNDO DE REESTRUTURAÇÃO DO SETOR SOLIDÁRIO	15
3.4. LINHA DE CRÉDITO DE APOIO ÀS ENTIDADES DA ECONOMIA SOCIAL	16
4. ECONOMIA E FINANÇAS	16
4.1. REGIMES DE ACESSO AO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DAS AGÊNCIAS DE VIAGENS E TURISMO E AO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE FUNERÁRIA.....	16



4.2. CAIXAS ECONÓMICAS.....	16
5. COMUNICAÇÃO E IMAGEM	17
5.1. COMUNICAÇÕES	17
5.2. TRABALHOS CRIATIVOS E DE DESIGN.....	18
5.3. COMUNICAÇÃO SOCIAL	18
5.4. FACEBOOK	19
5.5. SITE	19
5.6. ENTREVISTAS REALIZADAS	19
6. REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL E COOPERAÇÃO.....	20
6.1. REPRESENTAÇÕES INSTITUCIONAIS	20
6.2. PROTOCOLOS	21
6.3. OUTRAS PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES INSTITUCIONAIS NACIONAIS	22
6.4. PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES INSTITUCIONAIS INTERNACIONAIS	23
6.5. OUTRAS PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES INSTITUCIONAIS INTERNACIONAIS.....	23
III. RESULTADO LÍQUIDO E PROPOSTA DE APLICAÇÃO.....	26
IV. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	28
V. PARECER DO CONSELHO FISCAL	49



Estimadas Associadas,

O Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas (UMP), dando cumprimento ao disposto nos Estatutos da UMP, submete à vossa apreciação, discussão e votação o presente Relatório e Contas de 2016, documento este que, em conformidade com o disposto na alínea b) do artigo 33.º dos mesmos Estatutos, é acompanhado pelo respetivo Parecer do Conselho Fiscal.

I. INTRODUÇÃO

O ano de 2016, ainda marcado pelas consequências das políticas de austeridade adotadas na maioria dos países europeus, aplicadas com o objetivo de conter o endividamento público, e que consistiram essencialmente em fortes cortes nos orçamentos sociais e da saúde, foi um ano muito exigente para as Entidades da Economia Social, que assumiram um papel particularmente relevante, adotando rigorosos compromissos para responderem eficazmente às necessidades sociais e institucionais emergentes. Nesta medida, a União das Mutualidades Portuguesas tem vindo a enfatizar a importância das Mutualidades na resposta às necessidades dos seus Associados, familiares, beneficiários e pensionistas, destacando, junto dos Organismos e Entidades Públicas e Privadas, o grande espírito de iniciativa e de empreendedorismo do movimento mutualista, que, com mais de sete séculos de história, tem sabido complementar e colmatar as falhas e limitações dos sistemas públicos de proteção social e das respostas das entidades privadas com fins lucrativos, reiterando o seu empenho no desenvolvimento de novas soluções adequadas às necessidades dos cidadãos e das famílias.

Ao longo do ano de 2016, o Conselho de Administração da UMP continuou a pugnar pelo reconhecimento da importância dos contributos que têm vindo a ser dados pelo movimento mutualista, assente no compromisso com os princípios e valores da democracia, liberdade, independência, cidadania, solidariedade e responsabilidade social, tendo realizado iniciativas, ações e atividades, que seguidamente se enunciarão, cujo objetivo fundamental foi, por um lado, apoiar as Associações Mutualistas, dando respostas efetivas aos seus problemas e promovendo o seu desenvolvimento e modernização, e, por outro, afirmar a sua importância no panorama da economia social, promovendo e divulgando a ação do Movimento Mutualista junto da sociedade, mas, igualmente, junto dos Organismos e Entidades Privadas e junto dos Organismos e Entidades Públicas e de Tutela, nacional e internacionalmente.



II. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2016

Excelentíssimas Associadas,

O Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas (UMP), dando cumprimento ao seu Programa de Ação para 2016, promoveu e executou um conjunto de ações e atividades em prol da UMP, das suas Associadas e do Movimento Mutualista.

As ações realizadas serão apresentadas em seis grandes domínios de atuação: Organização e Funcionamento da UMP; Saúde; Segurança Social; Economia e Finanças; Comunicação e Imagem; Representação Institucional.

Seguem-se, então, as atividades prosseguidas em cada um destes domínios, destacando-se as mais significativas.

1. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UMP

Durante o ano de 2016, no âmbito das ações realizadas pelos diferentes gabinetes e grupos de trabalho criados no seio da UMP, foram elaboradas respostas às solicitações dos diversos organismos e entidades públicas e às necessidades das Associações Mutualistas.

1.1. COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO – ADENDA PARA 2016

A União das Mutualidades Portuguesas, em conjunto com a União das Misericórdias Portuguesas e a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, intensificou os esforços no sentido de consensualizarem uma proposta comum de Adenda ao Compromisso de Cooperação, entretanto apresentada e negociada com o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, que melhor defendesse os interesses das instituições representadas por cada uma das Entidades Representativas.

A Adenda para 2016 ao Compromisso de Cooperação foi assinada em 27 de julho de 2016, tendo como principal efeito a atualização dos valores das participações sociais no âmbito dos acordos de cooperação em respostas sociais.

1.2. GRUPO DE TRABALHO IRCT

Ao longo de 2016, o Grupo de Trabalho IRCT prosseguiu com a negociação do IRCT aplicável direta e exclusivamente às Associações Mutualistas, a estabelecer entre a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública e Sociais e a UMP.



A negociação deste IRCT está já na sua reta final, sendo expectável que este processo esteja concluído e fechado antes do final do primeiro semestre do ano. De referir que, dado ser o primeiro para o setor das mutualidades, tem sido realizado com especial cuidado e atenção, considerando a realidade própria das mesmas. Em termos temporais, é a própria Federação que vem reconhecendo que este foi um processo negocial que bateu todos os recordes, em comparação com as outras entidades do setor da economia social, que demoraram alguns anos para a primeira concretização dos seus IRCT's.

1.3. APOIO TÉCNICO ÀS MUTUALIDADES

Ao longo do ano, a UMP continuou a conceder às Associadas apoio técnico (jurídico, contabilístico/fiscal, organizativo, entre outros), destacando-se, designadamente:

- Realização de **8 encontros técnicos com as mutualidades**: promoção e realização das Jornadas Mutualistas Regionais, tendo sido abordadas temáticas de interesse prático para a organização e funcionamento das instituições, nomeadamente: (novo) Código das Associações Mutualistas; Portugal 2020 e outros meios de financiamento; Capacitação; Saúde: aspetos fundamentais da legislação aplicável; Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo; Medidas de Apoio ao Emprego; e Protocolos;
- Elaboração de **mais de 100 pareceres/informações**, em resposta a questões e dúvidas colocadas pelas mutualidades;
- **Apoio à alteração de estatutos e regulamentos de benefícios** das associações mutualistas bem como **realização dos respetivos estudos de viabilidade económica/atuarial**;
- **Apoio à constituição de 2 novas Associações Mutualistas**, designadamente no que respeita à **preparação dos respetivos estatutos e regulamentos de benefícios** e no que concerne ao **acompanhamento, junto da tutela, do seu processo de registo**.

1.4. PLATAFORMA MUTUALISTA

Durante o ano de 2016, registaram-se **mais de 44 mil visitas** à Plataforma Mutualista da UMP.

Do universo das Associadas que prestam serviços de saúde aos seus associados (61% da totalidade das Associações filiadas com área de saúde), cerca de **56 % utilizam a plataforma de saúde UMP** de Prescrição Eletrónica (MCTD e Receituário/Prescrição Eletrónica de Medicamentos) e de Gestão Clínica, sem que tenham de pagar por esses serviços.



Em 2016, as mutualidades que aderiram à plataforma de saúde **emitiram cerca de 50 mil prescrições eletrónicas**, isto é, 30 440 Prescrições Eletrónicas de Medicamentos/Receituário, e 17 404 Prescrições de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica.

1.5. CENTRO INFANTIL DR. ANTÓNIO DA COSTA LEAL (CIDA CL)

Dando sentido ao compromisso e missão de solidariedade e de ação social, a UMP empenhou-se na gestão e incremento da qualidade da resposta social de creche no Centro Infantil Dr. António da Costa Leal (CIDA CL), desenvolvendo ações promotoras da inclusão social, da proteção das crianças e da responsabilidade social, contando, à data, com o apoio e empenho de uma equipa de 9 profissionais qualificados e experientes, preparada para proporcionar, através de um atendimento individualizado e cuidado, o bem-estar e o desenvolvimento integral das crianças, num clima de alegria e segurança afetiva e física.

O CIDA CL é um equipamento social novo devidamente equipado de acordo com os normativos em vigor. Está situado na freguesia de Santa Clara, concelho de Lisboa, e iniciou o seu funcionamento em julho de 2016. Com capacidade instalada para 84 crianças dos 4 aos 36 meses, regista, neste momento, uma frequência de 50%. Sendo uma resposta social ainda recente, verifica uma procura crescente e tem vindo a firmar a sua imagem institucional, não só através da qualidade dos serviços, mas também através dos laços de cooperação com a rede social e comunitária em que tem investido.

1.6. FUNDO DE SOCORRO SOCIAL

A União das Mutualidades Portuguesas apresentou, em agosto de 2016, um requerimento ao Fundo de Socorro Social, através do Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa, para apoio financeiro com vista à aquisição de equipamento móvel indispensável à prossecução da atividade do Centro Infantil Dr. António da Costa Leal, no valor de 73 920,00 €.

1.7. ADENDA AO COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO 2016

No dia 27 de julho de 2016, a União das Mutualidades Portuguesas e os parceiros com assento na Comissão Permanente do Setor Social e Solidário (CPSSS) assinaram, no Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, a Adenda para 2016 ao Compromisso de Cooperação para o Setor Social Solidário 2015-2016. A assinatura ocorreu após uma fase de consensualização dos interesses das organizações representadas pelas entidades signatárias, as quais atempadamente enviaram os seus contributos e fizeram a negociação do documento com o Governo no decorrer da reunião da CPSSS, que se realizou no dia 13 de julho de 2016.



1.8. PROTOCOLOS DE COOPERAÇÃO

De forma a aumentar os benefícios das Associações Mutualistas, a UMP celebrou Protocolos com:

- Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – Politécnico de Leiria
- Sociedade de Turismo – Termas de S. Jorge
- CPO - Consulting – Soluções Atuariais e Financeiras
- Mutual IN

1.9. MUTUAL IN

Durante o ano de 2016, a UMP trabalhou na criação de um *website* para operacionalizar o Mutual IN, o qual dinamizará os serviços das mutualidades subscritoras, com especial enfoque na saúde, já que permitirá que qualquer pessoa possa marcar consultas *online*, de norte a sul do país. De referir que subscreveram o Mutual IN 40 Associações Mutualistas.

1.10. FORMAÇÃO INTERNA

A União das Mutualidades Portuguesas desenvolveu um Curso de Formação de “Português Prático”, certificado pela DGERT, direcionado aos seus colaboradores, com início a 2 de junho de 2016 e termo a 27 de junho de 2016, num total de 12 horas, em horário misto.

De igual forma, e a título de melhoria de competências e desempenho dos seus colaboradores, deu início a um curso de formação sobre “Mutualismo” a 17 de setembro de 2016, com continuidade no ano de 2017.

1.11. EVENTOS

1.11.1. DIA NACIONAL DO MUTUALISMO

A União das Mutualidades Portuguesas (UMP) realizou, no dia 8 de julho de 2016, na Torre do Tombo, em Lisboa, as comemorações do Dia Nacional do Mutualismo, sob o tema “Mutualismo: ontem, hoje e amanhã”.

Nesta iniciativa, estiveram presentes 150 individualidades de diversos continentes, bem como participaram personalidades ilustres ligadas à Economia Social, que intervieram ao longo deste dia.

Destaca-se a participação da Secretária de Estado da Segurança Social, Cláudia Joaquim, que presidiu à sessão de encerramento.



Durante o evento, foram dinamizados importantes debates, em diferentes painéis, com vista a permitir a reflexão sobre as medidas políticas previstas para o setor, particularmente nas esferas da proteção social, saúde e educação.

Um dos marcos deste evento foi a realização da conferência intitulada “Diáspora Mutualista: mudam-se os tempos, mantêm-se as vontades...”, que teve como conferencistas Ana Paula Laborinho, Presidente do Conselho Diretivo do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua; Manuel Lapão, diretor de cooperação do secretariado executivo da CPLP; Leão Lopes, investigador e professor de Cabo Verde; Tennystocles Normando, gerente executivo da ASDEF Brasil, e Luís Alberto Silva, presidente do CA da UMP. Com esta conferência conseguimos que os diferentes países da CPLP pudessem apresentar os seus pontos de vista acerca da importância do movimento mutualista nos dias de hoje na construção de uma sociedade mais justa e equilibrada.

O ponto alto da celebração do Dia Nacional do Mutualismo foi a entrega de prémios, nomeadamente, o Prémio Mutualismo e Solidariedade 2015 e o Prémio Inovar para Melhorar 2016. O primeiro, com o propósito de distinguir pessoa individual ou coletiva que, em razão do mérito do trabalho desenvolvido, tenha assumidamente contribuído para o desenvolvimento do mutualismo, foi atribuído a Serafim Gomes de Oliveira, d' A Mutualidade de Santa Maria- Associação Mutualista, e a Álvaro Eduardo dos Santos, d' Associação de Socorros Mútuos Fúnebre Nosso Senhor dos Aflitos de Valadares. O segundo, visando galardoar a Associação Mutualista que tenha implementado um projeto inovador considerado uma “boa prática” no movimento mutualista, foi atribuído ao projeto “A saúde mais perto de si”, da Associação de Socorros Mútuos “Mutualista Covilhanense”, e ao projeto “Horta Pedagógica e Social”, d' A Previdência Portuguesa – Associação Mutualista.

A par dos debates e da entrega de prémios, realizou-se, pela primeira vez, a exposição sobre o Movimento Mutualista Português, que contou com a participação de 23 Mutualidades, que cederam o seu espólio histórico para a realização da exposição, em resposta ao repto lançado pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

1.11.2. ENCONTRO NACIONAL DE DIRIGENTES MUTUALISTAS

Realizou-se, no dia 22 de outubro de 2016, o V Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas (ENDM), na Casa da Mutualidade d' A Previdência Portuguesa – Associação Mutualista de Coimbra.

O evento contou com a presença de 88% das Associações Mutualistas filiadas na UMP, que debateram questões essenciais para o movimento mutualista.



Da segurança social às oportunidades de financiamento disponíveis no âmbito do Portugal 2020, as Associações Mutualistas tiveram a oportunidade de ver respondidas, durante o evento promovido pela UMP, todas as questões colocadas aos oradores.

O V ENDM contou com a intervenção da Diretora do Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa, Isabel Saldida, e com o presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, Domingos Lopes.

Este V ENDM foi, igualmente, marcado pelo início da iniciativa “Chama Mutualista”, que foi acesa neste dia, num ato simbólico.

1.11.3. JORNADAS MUTUALISTAS REGIONAIS

As Jornadas Mutualistas de 2016 foram divididas em 3 edições distintas:

- A primeira edição das Jornadas Mutualistas Regionais’ 16 aconteceu entre os dias 23 de fevereiro e 2 de março, das 9h30 às 17h30, de acordo com a seguinte distribuição:

- 23 de fevereiro – Monte-Pio Artístico Tavirense - Associação de Socorros Mútuos;
- 26 de fevereiro – Europarque de Santa Maria da Feira;
- 1 de março – IEFP Lisboa;
- 2 de março – Biblioteca Almeida Garrett no Porto.

Nestes quatro dias, foram apresentados os protocolos celebrados pela UMP (contando com a presença de algumas das empresas/organizações com as quais se efetivam os protocolos); foram debatidos ainda os temas capacitação do mutualismo e novos projetos e intervenções sociais - análise de sustentabilidades (com a parceria da StoneSoup Consulting).

- A segunda edição distribuiu-se por:

- 6 de outubro - Associação de Socorros Mútuos dos Empregados no Comércio e Indústria;
- 7 de outubro - Associação de Socorros Mútuos São Francisco de Assis de Anta.

Durante estas sessões, foram abordados os temas: protocolos de cooperação; protocolo Mutual IN; medidas de apoio ao emprego (em colaboração com o IEFP); Saúde: aspetos fundamentais da legislação aplicável em colaboração com ERS; Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo; e o Código das Associações Mutualistas.

- A terceira e última edição de 2016 decorreu distribuída da seguinte forma:



- 22 de novembro - A Mutualidade de Santa Maria – Associação Mutualista;
- 24 de novembro - Previdência Familiar do Porto- Associação de Socorros Mútuos;
- 28 de novembro - Associação de Socorros Mútuos Setubalense.

Nestas sessões, foi abordada a temática "Casos Práticos sobre o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo".

Registou-se a participação de 93% das Associações Mutualistas filiadas na UMP.

1.11.4. CHAMA MUTUALISTA

A Chama Mutualista, atividade promovida pela UMP e iniciada em outubro de 2016, é uma iniciativa que busca simbolizar a força e vitalidade do movimento mutualista, que, com mais de sete séculos de história, continua vigoroso e jovem.

Trata-se, pois, de uma iniciativa inovadora, que também procura impulsionar e propagar o movimento mutualista, levando o mutualismo à comunidade e trazendo a comunidade ao mutualismo.

A iniciativa tem contado com a participação massiva das mutualidades filiadas na UMP.

1.11.5. PORTUGAL ECONOMIA SOCIAL

A União das Mutualidades Portuguesas (UMP) marcou presença, entre os dias 19 e 21 de maio de 2016, no fórum Portugal Economia Social, na FIL (Feira Internacional de Lisboa). O evento serviu de montra para o setor, dando a conhecer os mais recentes desenvolvimentos nesta área.

Durante estes dias, para além de promover o movimento mutualista português, através dos seus expositores e da distribuição de *flyers*, panfletos e brindes, a UMP dinamizou e participou num conjunto de atividades, quer com os parceiros que fazem parte da CASES quer com as suas Associadas, no sentido de dar a conhecer o Movimento Mutualista e a sua importância.

Para além da UMP, também participaram no encontro, com um *stand*, *A Mutualidade de Santa Maria – Associação Mutualista* e *A Previdência Portuguesa - Associação Mutualista*, sendo que as restantes Associações Mutualistas tiveram, igualmente, a oportunidade de deixar panfletos e *flyers* no *stand* da UMP (participaram *A Familiar de Espinho - Associação Mutualista*, *a Associação de Socorros Mútuos São Francisco de Assis de Anta*, *A Previdência Familiar do Porto – Associação de Socorros Mútuos*, *A Familiar de Grijó - Associação Mutualista*, *o Monte-pio Artístico Tavirense - Associação de Socorros Mútuos*).



De referir que a UMP participou numa mesa redonda sobre “Economia Social - Governança, Gestão e Enquadramento Legal”, que se realizou no primeiro dia deste encontro.

1.11.6. PORTUGAL SOCIAL ON THE ROAD

O Portugal Social *on the Road*, iniciativa que resulta da parceria entre a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) e a Fórum Estudante, passou pela Previdência Portuguesa Associação Mutualista, em Coimbra, no dia 14 de julho, que acolheu dezenas de jovens num dia repleto de atividades.

As instalações da Associação, a Casa da Mutualidade, o Jardim de Infância da instituição (JIPP) e o projeto Horta Pedagógica, vencedor do prémio “Inovar para Melhorar” 2016 - atribuído, recentemente, durante as comemorações do Dia Nacional do Mutualismo -, foram espaços que os jovens puderam conhecer de perto.

1.11.7. ATRIBUIÇÃO DOS PRÉMIOS ANTÓNIO SÉRGIO

A atribuição dos prémios António Sérgio realizou-se no dia 27 janeiro de 2016, no Teatro Trindade, e contou com a presença do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, José Vieira da Silva.

O júri, de que a UMP faz parte, deliberou a atribuição dos prémios e menções honrosas, nas suas quatro categorias: Inovação e Sustentabilidade, Estudos e Investigação, Formação Pós-graduada e Trabalhos Escolares. Pela primeira vez, foi também atribuído o Prémio Especial Personalidade do Ano, que foi entregue ao Pe. Lino Maia, que é, desde 2006, o Presidente da Direção da CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade.

A UMP, na qualidade de membro do júri, também participou na análise das candidaturas e na atribuição de um dos prémios.

1.11.8. PRESENÇA NO EVENTO “LUTAR CONTRA A POBREZA: A REALIDADE E AS PROPOSTAS DO SECTOR SOCIAL EM PORTUGAL”

Realizou-se, no dia 18 de novembro de 2016, o seminário “Lutar contra a Pobreza: a realidade e as propostas do sector social em Portugal”, no Auditório CGD do ISEG, em Lisboa. Este evento foi promovido pela EAPN Portugal e contou com a presença do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, e da União das Mutualidades Portuguesas.



1.11.9. DEBATE “O MODELO DE COOPERAÇÃO ENTRE O ESTADO E AS INSTITUIÇÕES DO SETOR SOLIDÁRIO”

O gabinete de estudos do CDS-PP organizou, no dia 18 de fevereiro de 2016, um debate sobre o tema "O modelo de cooperação entre o Estado e as Instituições do Setor Solidário", que contou com a presença da União das Mutualidades Portuguesas, entre outros representantes do Setor Social e Solidário.

1.11.10. CERIMÓNIA DIA MUNDIAL DE SAÚDE

A União das Mutualidades Portuguesas marcou presença na cerimónia de comemoração do Dia Mundial da Saúde, que teve lugar no Palácio de S. Bento, no dia 7 de abril de 2016.

O Presidente do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas, Luís Alberto Silva, integrou a Comissão de Honra do Prémio de Boas Práticas em Saúde 2016, que tem como principal objetivo dar a conhecer exemplos de boas práticas, com vista à sua replicação futura, na senda da melhoria do desempenho do Sistema de Saúde.

1.11.11. 6.º FÓRUM SOBRE INCONTINÊNCIA

Representada pela vice-presidente da Associação Internacional das Mutualidades (AIM) e pela vice-presidente Norte do Conselho de Administração, a UMP participou no 6.º Fórum sobre a Incontinência, nos dias 19 e 20 de abril, em Berlim.

1.11.12. PLANO DE DESENVOLVIMENTO E COORDENAÇÃO NACIONAL DA REDE NACIONAL DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS

A UMP participou na sessão pública de apresentação do Plano de Desenvolvimento e Coordenação Nacional da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), que teve lugar no dia 28 de março de 2016, no Auditório do INFARMED.

1.11.13. DIA DA LÍNGUA PORTUGUESA E CULTURA NA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

O Dia da Língua Portuguesa e Cultura na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi celebrado a 5 de maio de 2016, na sede da CPLP. A União das Mutualidades Portuguesas, uma das entidades convidadas, marcou presença nesta celebração.



1.11.14. PRIMEIRO SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE O PAPEL DO TERCEIRO SETOR NA PROTEÇÃO SOCIAL E ASSISTÊNCIA MÉDICA

A União das Mutualidades Portuguesas, representada pelo Presidente do Conselho de Administração, participou no Primeiro Simpósio Internacional sobre o Papel do Terceiro Setor na Proteção Social e Assistência Médica, que se realizou no dia 16 de setembro de 2016, em Marrocos.

O simpósio foi organizado pela *Mutuelle Générale du Personnel des Administrations Publiques du Maroc* (MGPAP), em colaboração com o Ministério da Saúde e outras organizações públicas e privadas.

1.11.15. ASSEMBLEIAS GERAIS DA AIM

Realizou-se, na Holanda, entre os dias 1 e 3 de junho, a XXXV Assembleia Geral da *Association Internationale de la Mutualité* (AIM), durante a qual se debateram questões importantes que vieram reforçar a importância do mutualismo na saúde e proteção social das pessoas.

Ao longo dos três dias de trabalho, mais de 160 representantes de 26 países provenientes da Europa, África, Médio Oriente e América Latina reuniram-se em Haia para debater assuntos relacionados com solidariedade e o futuro da saúde e da proteção social, tendo sido emanadas importantes linhas de orientação para cada um dos continentes representados neste organismo internacional.

Igualmente, em novembro, durante os dias 23, 24 e 25 de novembro, a Associação Internacional das Mutualidades (AIM) realizou a sua XXXVI Assembleia Geral, em Paris, tendo promovido diferentes reuniões, que juntaram dezenas de membros de diferentes países e continentes.

A UMP, representada pela Vice-presidente do *Presidium* da AIM, marcou presença nestes eventos e apresentou os resultados do trabalho em torno da temática inerente à Comunicação interna e externa da AIM.

1.11.16. ASSEMBLEIAS GERAIS DA UMP

Realizou-se, no dia 20 de fevereiro de 2016, a Assembleia Geral Ordinária da União das Mutualidades Portuguesas, na sede da Associação de Socorros Mútuos Freamundense – Associação Mutualista. No seu decurso, foram aprovados, por unanimidade, o Relatório e Contas de 2015 e o respetivo Parecer do Conselho Fiscal, e foi aprovada a proposta para a fixação de data para comemoração do Dia do Mutualismo a 8 de julho.

A Assembleia Geral lotou o auditório da ASM Freamundense, registando a presença e participação de cerca de 70% das Mutualidades filiadas na UMP.



No dia 9 de abril, realizou-se uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da União das Mutualidades Portuguesas (UMP), no Auditório do Balneário Rainha D. Amélia, em São Pedro do Sul. No seu decurso, foram aprovadas as Propostas do Conselho de Administração para a alteração parcial dos Estatutos da UMP e a Proposta do Conselho de Administração (CA) para a alienação das instalações da Sede Social da União das Mutualidades Portuguesas. Nesta AGE, estiveram presentes mais de 70% das Associações Mutualistas filiadas na UMP.

Realizou-se, também, no dia 26 de novembro de 2016, a Assembleia Geral Ordinária da União das Mutualidades Portuguesas (UMP) bem como a Assembleia Geral Extraordinária, na sede da Associação de Socorros Mútuos “1.º de Dezembro”, em Almada. No seu decurso, foram aprovados, por unanimidade, o Programa de Ação e Orçamento para o exercício de 2017 e o respetivo Parecer do Conselho Fiscal bem como a proposta do Conselho de Administração para a Admissão de Associados Honorários da UMP.

2. SAÚDE

2.1. FARMÁCIAS SOCIAIS

Durante o ano de 2016, a UMP prestou apoio jurídico a **quatro Associações Mutualistas**, no âmbito das farmácias sociais, tendo sido feito requerimento de pedido de Alvará de uma e estando a apoiar a abertura/instalação de três farmácias sociais.

2.2. ASSISTÊNCIA MÉDICA

Ao longo do ano de 2016, a UMP continuou a defender, junto do Ministério da Saúde, a celebração e promoção de parcerias na área da prestação de cuidados de saúde, que permitirão ao movimento mutualista o desenvolvimento de atividades neste setor.

Nesse âmbito, a União das Mutualidades Portuguesas realizou várias reuniões junto do Ministério da Saúde, onde foram apresentados os vários constrangimentos/dificuldades/problemas sentidos pelo Movimento, tendo a UMP continuado a defender a celebração de acordos/convenções entre o Ministério da Saúde e as Associações Mutualistas, permitindo a prescrição de MCDT's.

Foram, também, promovidas várias reuniões com o Conselho Diretivo do INFARMED, tendo tido também junto das diferentes ARS (Administrações Regionais de Saúde) um papel ativo na resolução das dificuldades das Associações Mutualistas.

A UMP emitiu vários pareceres, nomeadamente:



- Projeto de Lei que visa a modificação do Regime das Incapacidades e seu suprimento;
- Projeto de Lei que visa a criminalização de um conjunto de condutas que atentam os direitos fundamentais dos idosos;
- Projeto de Lei que regula a eleição de titulares dos órgãos das autarquias locais adequando incapacidades eleitoras ativas ao novo regime civil das incapacidades;
- Projeto de Diploma de Alteração ao Decreto-Lei n.º 307/2007, de 31 de agosto (Regime Jurídico das Farmácias de Oficina).

3. SEGURANÇA SOCIAL

3.1. CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOCIAL (CNES) E COMISSÃO PERMANENTE DO SETOR SOCIAL (CPSS)

Em 2016, a UMP participou nas reuniões da Comissão Nacional de Economia Social (CNES) e da Comissão Permanente do Setor Social (CPSS).

No que respeita ao Conselho Nacional de Economia Social (CNES), a União das Mutualidades Portuguesas participou ativamente dos seguintes assuntos:

- Apresentação do Programa Nacional de Reformas;
- Comissão Executiva (que a UMP integra) e programação da atividade do CNES;
- Designação dos representantes efetivo e suplente no Conselho Consultivo da Agência para o Desenvolvimento e Coesão;
- Proposta de Criação de Comissão Organizadora para o “Congresso Nacional da Economia Social”;
- Proposta de Criação de Grupo de Trabalho para elaboração de relatório acerca do “Estatuto Fiscal do Sector da Economia Social”.

A UMP faz parte dos dois grupos de trabalho acima referidos, os quais já se encontram em atividade.

Durante as reuniões da Comissão Permanente do Setor Social (CPSS), foram abordados os assuntos:

- Apresentação do Programa do Governo;
- Identificação de Prioridades;



- Programa de Trabalho e Calendarização;
- Monitorização do Compromisso;
- Metodologia;
- Acordo de Cooperação:
 - Atualização Financeira;
 - Orçamento Programa 2016;
 - Novos Modelos de Tipificação;
 - Monitorização de Frequência - Revisão em Baixa;
 - Concurso 2017 - Novo Modelo de Orçamento Programa;
 - Regulamento de Comparticipação de Utentes e Famílias.
- Fiscalização:
 - Plano 2016;
 - Regime Sancionatório.
- Estatutos IPSS;
- Portugal 2020:
 - RLIS | CLDS | FEAC | Mapeamento.
- Fundo de Reestruturação Social;
- Adenda ao Compromisso de Cooperação para o Setor Solidário 2015-2016;
- Apresentação do Relatório de Avaliação da Medida Cantinas Sociais.

3.2. COMISSÃO NACIONAL DE COOPERAÇÃO (CNC) E COMISSÃO DISTRITAL DE COOPERAÇÃO (CDC)

Durante o ano de 2016, a UMP participou nas reuniões das Comissões Nacional e Distrital de Cooperação (CNC e CDC), a funcionar nos 18 distritos do país.



No âmbito da CNC, a UMP acompanhou e apresentou os seus contributos nas seguintes matérias:

- Análise das propostas de regulamentos internos da CNC e das CDC;
- Avaliação das situações atípicas (> a 20%);
- Avaliação dos acordos CN, CAFAP e CAV;
- Frequência de crianças na resposta social creche, com 3 anos de idade feitos até 31 de dezembro e frequência de crianças em jardim-de-infância com 3 anos feitos até 31 de dezembro, no âmbito do Despacho Normativo n.º 7-B/2015 de 7 de maio;
- Frequência simultânea de utentes portadores de deficiência com 65 ou mais anos nas respostas sociais de Lar Residencial e CAO;
- Análise e ponto de situação sobre conversão de acordos atípicos;
- Análise e ponto de situação sobre acordos Centro apoio à vida, Centro de noite e CAFAP;
- Alterações legislativas: DL 165-A/2013, de 23 de dezembro e Decreto-Lei n.º 120/2015, de 30 de junho;
- Alterações previstas na Adenda remetidas para a PCM, para publicação em DR e Regime sancionatório;
- Apreciação do relatório anual da atividade desenvolvida pela CNC e avaliação do seu funcionamento.

3.3. FUNDO DE REESTRUTURAÇÃO DO SETOR SOLIDÁRIO

A União das Mutualidades Portuguesas integra o Conselho de Gestão do Fundo de Reestruturação do Setor Solidário (FRSS), que visa apoiar a reestruturação e a sustentabilidade económica e financeira das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e equiparadas, permitindo a manutenção do regular desenvolvimento das respostas e serviços prestados. Ao longo do ano de 2016, foram tratados os seguintes assuntos:

- Aprovação de Orçamento para o ano de 2016;
- Pedidos de alteração de atividades/medidas apresentadas por entidades beneficiárias e gestores de Processos;
- Ponto de situação das outorgas de aditamentos ao acordo financeiro;
- Análise, discussão e aprovação de relatório e contas e demonstrações financeiras de 2015;



- Análise e aprovação de pedidos de prorrogação de prazo máximo de reembolso, período excecional de mais 2 anos, e pedidos de alteração aos planos de reestruturação;
- Análise, discussão e aprovação dos relatórios do 4.º Trimestre do ano de 2015;
- Ponto de situação dos primeiros reembolsos (1.º trimestre de 2016);
- Análise, discussão da proposta apresentada pelos Gestores de Processo aos documentos do FRSS (Portaria e Guião);
- Análise, discussão e aprovação dos relatórios do 1.º e 2.º Trimestre do ano de 2016.

3.4. LINHA DE CRÉDITO DE APOIO ÀS ENTIDADES DA ECONOMIA SOCIAL

Na qualidade de membro do Conselho Executivo das Linhas de Crédito de Apoio às Entidades da Economia Social, a UMP participou em todas as reuniões de trabalho, no âmbito do acompanhamento e avaliação das Entidades Beneficiárias dos Apoios.

4. ECONOMIA E FINANÇAS

4.1. REGIMES DE ACESSO AO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DAS AGÊNCIAS DE VIAGENS E TURISMO E AO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE FUNERÁRIA

A UMP tem reiterado, junto do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, a necessidade da celebração do Protocolo de Cooperação entre a Direção Geral da Segurança Social (DGSS) e a Direção Geral das Atividades Económicas (DGAE) previsto na legislação, necessário para que as mutualidades possam aceder a esta atividade, sem o qual se verifica um efetivo constrangimento no acesso à atividade funerária.

4.2. CAIXAS ECONÓMICAS

Em 2016, a UMP deu continuidade ao trabalho realizado junto do Banco de Portugal, no sentido de sensibilizar o Governo para a necessidade de alterar a legislação aplicável às caixas económicas anexas, ajustando-a à realidade e à dimensão destas instituições.



5. COMUNICAÇÃO E IMAGEM

5.1. COMUNICAÇÕES

Durante o ano de 2016, a UMP continuou a apostar na edição e divulgação de notícias inerentes ao movimento mutualista e à Economia Social Solidária. Durante o ano, foram realizados os trabalhos que abaixo se enumeram.

5.1.2. EDIÇÃO E DIVULGAÇÃO DE 10 BOLETINS INFORMATIVOS (INFOS)

Info 82 a 91, com notícias sobre a UMP e suas Associadas e outros temas de interesse para consulta das Mutualidades – projetos, candidaturas, legislação, aniversários... – e notícias sobre outros Parceiros e a Economia Social.

O *layout* e a paginação foram revistos e modernizados, utilizando separadores temáticos, ícones de identificação e um novo esquema de cores. Cada INFO, dada a sua periodicidade mensal, segue uma mesma linguagem organizativa: Editorial, Notícia(s) em destaque, UMP, Associações Mutualistas, Economia Social.

Além disso, o Info prevê sempre espaço para publicidade institucional – *banners* e rodapés sobre atividades da UMP com interesse para as suas Associadas.

5.1.3. EDIÇÃO E PUBLICAÇÃO DE 20 NEWSLETTERS

Newsletters enviadas quinzenalmente, com informação exclusivamente sobre a UMP e suas Associadas.

5.1.4. REDAÇÃO, PAGINAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DA REVISTA MUT

Foram distribuídos, gratuitamente, 250 exemplares de 98 páginas.

5.1.5. ELABORAÇÃO DE 167 NOTÍCIAS

As 167 notícias foram publicadas no *site*, *facebook* e/ou enviadas para os Órgãos de Comunicação Social, não se incluindo, nesta contagem, todas as notícias elaboradas para o Info.

5.1.6. ELABORAÇÃO 54 NOTAS DE IMPRENSA

Estas foram enviadas, no âmbito de várias temáticas e dos eventos, para meios de comunicação nacionais, regionais, internacionais e meios de comunicação específicos (economia, saúde e social).



5.2. TRABALHOS CRIATIVOS E DE DESIGN

Em 2016, o Gabinete de Comunicação e Imagem da União das Mutualidades Portuguesas continuou a realizar, autonomamente, todos os trabalhos criativos e de *design* necessários para a divulgação e promoção dos eventos da UMP: convites, diplomas, programas, *flyers*, assim como outras imagens/*layouts* para suportes comunicacionais - *banners* publicitários, fotos de capa de *Facebook*, imagens institucionais no âmbito de efemérides e datas festivas, *layouts* para *press releases*, *layouts* para revistas de imprensa, postais comemorativos, entre outros.

5.3. COMUNICAÇÃO SOCIAL

No âmbito da comunicação social externa, durante o ano de 2016, a União das Mutualidades Portuguesas:

- Concedeu entrevistas a jornais nacionais, nomeadamente, à Lusa e ao JN;
- Participou em dois programas televisivos, nomeadamente, no Página 2, da RTP 2, e no "Repórter África", na RTP África;
- Concedeu duas entrevistas para a TVS - Televisão São-tomense; 1 entrevista para o noticiário da RTP África durante a visita a São Tomé; 1 para a TV Record a propósito da visita a Cabo Verde;
- Deu 3 entrevistas às rádios: uma entrevista à RDP África, a propósito da ida a Cabo Verde; 1 entrevista à Rádio Nacional de São Tomé e Príncipe; 1 entrevista para o programa "Café Central", da Rádio Cabo Verde;
- Divulgou mais de 50 notas de imprensa para a comunicação social acerca de: eventos diversos (de interesse para o mutualismo); opiniões sobre assuntos do dia, ligados ao mutualismo, em particular, e à Economia Social Solidária, em geral (como, por exemplo, Estatuto do Cuidador Informal; reforma do sistema de pensões); Dia Nacional do Mutualismo (antes, durante e depois); Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas; participação da UMP em aniversários das Associações Mutualistas, entre outros eventos de âmbito nacional e internacional;
- De referir que foram publicadas mais de 30 notícias - nos jornais nacionais e locais -, no âmbito das atividades da UMP e das Associações Mutualistas (resultado das Notas de Imprensa realizadas pela UMP).



5.4. FACEBOOK

Durante o ano de 2016, o *Facebook* foi atualizado diariamente (incluindo fins-de-semana e feriados) com cerca de um a dois *posts*, excluindo a informação relativa à UMP e suas atividades. Poder-se-á contabilizar cerca de duzentos *posts* com informação sobre a Economia Social e os vários parceiros da UMP. A par disso, foram divulgadas as atividades das Associações Mutualistas, com uma frequência de um a dois *posts* semanais, dependendo da própria informação enviada à UMP.

Paralelamente, no *Facebook* da UMP, efetuou-se:

- Criação de galerias de imagens;
- Divulgação de eventos;
- Divulgação do Info;
- Divulgação das notas de imprensa e notícias da UMP em Órgãos de Comunicação Social;
- Criação de postais comemorativos;
- Criação de capas de página;
- Implementação de estratégia de divulgação em consonância com as horas de maior fluxo;
- Manutenção das estatísticas.

5.5. SITE

No que respeita ao *site* da UMP, durante o ano de 2016, foram feitas atualizações contínuas de informação com notícias frequentes; foram criados *banners* dinâmicos (ligados aos eventos ou projetos em decurso); foram publicados e atualizados documentos legais (protocolos, convocatórias, entre outros).

Ainda no que respeita ao *site*, foi constituído um grupo de trabalho que se encontra a reestruturar o mesmo.

5.6. ENTREVISTAS REALIZADAS

Durante o ano de 2016, foram realizadas várias entrevistas a personalidades nacionais e internacionais, nomeadamente:

UMP: Luís Alberto Silva (Presidente do CA da UMP); José Almeida (Vogal do CA da UMP); Carlos Saul Oliveira (1.º secretário Mesa da Assembleia Geral da UMP); Fernando Paulino (membro do CA da UMP); Nelson Silva (membro do CA da UMP); Jani Silva (membro do CA da UMP); Jorge Cordeiro (membro do CA da UMP) e José Carvalho (membro do CA da UMP).



POLÍTICA: João Afonso, vereador da Câmara Municipal de Lisboa; Cláudia Joaquim, Secretária de Estado da Segurança Social.

PARCEIROS: Jorge Campino; Ana Paula Laborinho (Instituto Camões); Ângela Pereira (presidente AMUT); João Carvalho (vogal ANMP); Manuel Lapão (CPLP); Isabel Saldida (SS Lisboa); Domingos Lopes (PO ISE).

ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS: Luís Barros (MUDIP - Diplomática Portuguesa); Armanda Fernandez (ASM Freamundense - Associação Mutualista); António Martins de Oliveira (A Previdência Portuguesa - Associação Mutualista); Sérgio Meira (A Previdência Familiar do Porto - Associação Mutualista); Rui Almeida (AM Trabalhadores da CM São Pedro do Sul); Fernando Santos (ASM de Valongo); direção da ASM de Valadares; direção da ASM de Sandim; Joaquim Devesas (ASM Serzedo).

INTERNACIONAL: Embaixador de Angola em Portugal; Leão Lopes; Tenystocles Normando.

OUTROS: Álvaro Garrido (docente da pós-graduação em "Economia Social" da Universidade de Coimbra); Daniel Soares (CIP); José Correia (STAL); Carlos Baptista (ADSE).

6. REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL E COOPERAÇÃO

6.1. REPRESENTAÇÕES INSTITUCIONAIS

Em 2016, a UMP participou em diversas reuniões, nomeadamente:

- Presidente da República de Portugal (anterior e atual);
- Assembleia da República;
- Primeiro-Ministro;
- Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social;
- Ministério da Saúde;
- Ministério da Educação;
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
- Ministério da Economia;
- Ministério das Finanças;
- Ministério da Administração Interna;
- Ministério da Agricultura e do Mar;



- Ministério da Justiça;
- Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa;
- Ministro-Adjunto;
- Ministério da Cultura;
- Ministério do Planeamento e Infraestruturas;
- Ministério do Ambiente.

Do mesmo modo, a UMP reuniu com todos os partidos, coligações e agremiações políticas de Portugal (Secretários Gerais e Líderes Parlamentares), nomeadamente:

- PS - Partido Socialista;
- PSD - Partido Social Democrata;
- CDS - Partido Popular;
- PCP - Partido Comunista Português;
- BE – Bloco de Esquerda.

Nestes encontros, a UMP pretendeu transmitir as dificuldades, problemas e constrangimentos com que as Associações Mutualistas se deparam, apresentando e debatendo propostas para a sua resolução.

6.2. PROTOCOLOS

Em 2016, celebraram-se os seguintes Protocolos:

- **Protocolo CFPO Consulting - Soluções Actuariais e Financeiras - UMP**, o qual coloca à disposição das Associações Mutualistas filiadas na UMP, e exclusivamente por seu intermédio, os seus serviços de consultoria financeira e atuarial, em condições mais vantajosas que as praticadas no mercado.
- **Protocolo Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira - UMP**, que pretende proporcionar aos associados individuais e respetivos colaboradores das Mutualidades filiadas na UMP e, ainda, aos colaboradores da UMP o acesso às instalações e serviços da Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, nomeadamente das Termas de São Jorge, em condições mais favoráveis.
- **Protocolo MUTUAL IN - UMP**, que une Mutualidades de todo o país, facultando, aos Associados das Associações Mutualistas aderentes os serviços de que dispõem: clínicas médicas,



centros de reabilitação, farmácias sociais, entre outros - com e sem protocolos - a preços reduzidos.

- **Protocolo Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – Politécnico de Leiria:** permite estabelecer formas de cooperação para aproveitamento mútuo dos respetivos recursos científicos, técnicos e humanos, em benefício dos estudantes da ESECS - IPLeiria e das Mutualidades filiadas na UMP e respetivos associados individuais, nos seguintes domínios: Apoio na participação e realização de colóquios, seminários e outras ações de natureza análoga; Estágios científicos e técnicos de curta duração (até 80 horas) não remunerados; Intercâmbio de informação técnica e científica; Divulgação de informação, designadamente de eventos, projetos e outras iniciativas; outras ações que contribuam para a prossecução dos objetivos das partes.

6.3. OUTRAS PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES INSTITUCIONAIS NACIONAIS

- Conselho Nacional para a Economia Social (CNES);
- Comissão Executiva do Conselho Nacional para a Economia Social;
- Conselho Económico e Social (CES);
- Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES): Presidente do Conselho Fiscal da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social;
- Comissão Permanente do Setor Social;
- Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP);
- Instituto Nacional de Reabilitação (INR);
- Comissão Nacional para Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR);
- Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado (CNPV);
- Conselho Nacional para a Saúde Mental;
- Comissão Nacional de Cooperação (CNC);
- Comissão Distrital de Cooperação (CDC);



- Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP);
- INATEL;
- Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados;
- Fundo de Reestruturação do Setor Social;
- Linha de Crédito I e II;
- Júri do Prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio;
- G.T. da Educação Especial;
- ES JOVEM – CASES;
- Programa Operacional Potencial Humano (POPH);
- Grupo de Trabalho para os Refugiados (PAR);
- Comitês de Acompanhamento dos programas Operacionais Regionais (Norte2020, Centro2020, Lisboa2020, Alentejo2020 e Algarve2020);
- Grupo de Trabalho, Instituto Nacional para a Reabilitação, IP (+18);
- Plataformas Supraconcelhias do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve;
- Grupo de Trabalho para a Criação da Base de Dados Permanente das Entidades da Economia Social;
- Grupo de Trabalho Estatuto Fiscal das IPSS, no âmbito do CNES;
- Grupo de Trabalho Congresso Nacional da Economia Social, no âmbito do CNES.

6.4. PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES INSTITUCIONAIS INTERNACIONAIS

- Associação Internacional das Mutualidades (AIM);
- União Europeia das Farmácias Sociais (UEFS).

6.5. OUTRAS PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES INSTITUCIONAIS INTERNACIONAIS

No âmbito do projeto de internacionalização, ao longo do ano, foram realizadas várias reuniões/encontros, nomeadamente:

- Com o Instituto da Cooperação e da Língua e com a CPLP;



- Em Cabo-Verde, com:

- Presidente Interino da República de Cabo Verde;
- Primeiro-ministro de Cabo Verde;
- Ministra da Família, Educação e Inclusão Social;
- Ministro da Saúde e Segurança Social;
- Ministra das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação;
- Ministério da Agricultura e Ambiente - Assessora para a área de Agricultura e Assessor para a área de Investigação e Desenvolvimento;
- Ministério das Finanças - Diretor Nacional da Administração Pública;
- Ministério dos Negócios Estrangeiros - Assessora para as Comunidades;
- Chefe de Gabinete Pedro Moreira e Assessor do Ministro da Economia e Emprego;
- Embaixada de Portugal em Cabo Verde e Diretora Instituto Camões;
- Vice-Presidente da Câmara Municipal de Praia;
- OIT Organização Internacional do Trabalho;
- Audiência com a Líder o Partido PAICV;
- Presidente da ONGD Citihabitat e com Presidente da Associação Mutualista 20 de Janeiro da Ponta de Água;
- Mutualidade de Saúde da Praia e Associação dos Amigos de Proteção dos Animais.

- Em São Tomé e Príncipe, com:

- Presidente da Assembleia Nacional;
- Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares;
- Ministro do Emprego e Assuntos Sociais;
- Ministra da Saúde;
- Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades;
- Ministro das Finanças, Comércio e Economia Azul;
- Ministro das Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente;
- Ministro da Educação, Cultura, Ciência e Comunicação;
- Ministro da Juventude e Desporto;
- Ministro da Defesa e Administração Interna;
- Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos;
- Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- Embaixada de Portugal em São Tomé e Príncipe - Adido para a Cooperação;



- Presidente da Associação Nacional das Autarquias Locais e Regional e Presidente da Câmara Distrital de Água Grande;
 - Presidente da Câmara Municipal de Cantagalo;
 - OIT.
-
- Em Marrocos, participação no Simpósio Internacional sobre Pagamento a Terceiros organizado pela MGPAP.
-
- Na X Reunião entre os Observadores Consultivos e o Secretariado Executivo da CPLP.



III. RESULTADO LÍQUIDO E PROPOSTA DE APLICAÇÃO

As Demonstrações Financeiras da União das Mutualidades Portuguesas (UMP) foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL - Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

Em 2016, a União das Mutualidades Portuguesas apresentou um resultado líquido negativo global de Euro: 69.401,79€. Este resultado é formado, por um lado, pelo resultado líquido negativo inerente à atividade normal da UMP – Euro: 20.465,59€ - e, por outro, pelo resultado líquido negativo registado no estabelecimento “Centro Infantil Dr. António da Costa Leal”, explorado pela União das Mutualidades Portuguesas e que prossegue a resposta social “Creche” – Euro: 48.936,20€.

No que respeita ao resultado líquido inerente à atividade normal da UMP, Euro: 20.465,59€, pese embora negativo, traduz já o enorme esforço de contenção de despesas e de equilíbrio financeiro face aos resultados negativos registados em 2014 (Euro: 192.881,45€) e em 2015 (Euro: 90.037,34€).

Quanto ao resultado líquido negativo registado no Centro Infantil Dr. António da Costa Leal, este é consequência do facto de o início de atividade do estabelecimento ter ocorrido apenas em setembro de 2016 e para que esta resposta social pudesse ter condições mínimas para o funcionamento e acolhimento dos utentes, foi necessário não só adquirir-se materiais e equipamentos básicos indispensáveis ao respetivo funcionamento, mas também recrutar os



recursos humanos obrigatórios para a prestação deste serviço, mesmo sem estar garantida a ocupação/frequência máxima em cada sala.

Considerando que, com a adoção do SNC-ESNL, as demais informações de natureza económica e financeira se encontram explicadas com grande detalhe no Anexo às Demonstrações Financeiras, para o mesmo se remete a explicação da formação dos resultados líquidos de 2016 e comparação com os resultados do ano anterior.

Por último e à semelhança do praticado em anos anteriores, o Conselho de Administração propõe às Excelentíssimas Associadas que o resultado do exercício de 2016, no montante de Euro: 69.401,79€, seja aplicado em conformidade com o disposto nos artigos 51º a 53º dos Estatutos da UMP.



IV. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS
BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODO	
		2016	2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	4.026,48	457.388,50
Ativos intangíveis	6	3.198,25	5.481,31
Investimentos financeiros	17.1	22.654,14	21.661,31
Sub-total		29.878,87	484.531,12
Ativo corrente			
Créditos a receber	17.3	381.523,76	183.838,19
Estado e outros Entes Públicos	17.7	0,00	2.322,62
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17.2	224,87	2.743,40
Diferimentos	17.4	207,67	518,60
Caixa e depósitos bancários	17.5	19.226,04	106.617,14
Sub-total		401.182,34	296.039,95
Total do ativo		431.061,21	780.571,07
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	17.9	29.997,13	120.034,47
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	17.9	70.922,63	70.922,63
Resultado Líquido do período		(69.401,79)	(90.037,34)
Total dos fundos patrimoniais		31.517,97	100.919,76
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	7 e 8	2.798,71	257.968,60
Subtotal		2.798,71	257.968,60
Passivo corrente			
Fornecedores	17.6	22.427,31	4.308,72
Estado e outros Entes Públicos	17.7	14.855,74	7.253,68
Financiamentos obtidos	7 e 8	173.633,75	221.174,70
Diferimentos	17.4	424,70	0,00
Outros passivos correntes	17.8	185.403,03	188.945,61
Subtotal		396.744,53	421.682,71
Total do passivo		399.543,24	679.651,31
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		431.061,21	780.571,07

Lisboa, 1 de março de 2017

O Conselho de Administração
Luís Alberto de Sá e Silva
Jani Salomé Marques Silva
Nelson António Mendes da Silva
Fernando Jorge de Oliveira Paulino
António Pereira Gonçalves
José Vicente Costa de Carvalho
José Santos Almeida

O Contabilista Certificado
Nuno Pereira
C.C. 51615



UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	9	27.231,36	50.861,50
Subsídios, doações e legados à exploração	9 e 11	472.502,41	877.776,97
Fornecimentos e serviços externos	17.10	(215.511,77)	(239.651,19)
Gastos com o pessoal	15	(36.480,98)	(81.563,17)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	17.2	0,00	(4.988,00)
Outros rendimentos	9 e 17.11	57.932,33	9.549,51
Outros gastos	17.12	(359.019,13)	(674.782,08)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(53.345,78)	(62.796,46)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	(7.854,68)	(15.700,00)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(61.200,46)	(78.496,46)
Juros e rendimentos similares obtidos	9 e 17.13	10,17	91,50
Juros e gastos similares suportados	17.13	(8.211,50)	(11.632,38)
Resultados antes de impostos		(69.401,79)	(90.037,34)
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		(69.401,79)	(90.037,34)

Lisboa, 1 de março de 2017

O Conselho de Administração
 Luís Alberto de Sá e Silva
 Jani Salomé Marques Silva
 Nelson António Mendes da Silva
 Fernando Jorge de Oliveira Paulino
 António Pereira Gonçalves
 José Vicente Costa de Carvalho
 José Santos Almeida

O Contabilista Certificado
 Nuno Pereira
 C.C. 51615



UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 Período Findo em 31 de Dezembro de 2016

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	União das Mutualidades	Centro Infantil Dr. António da Costa Leal	PERÍODOS	
				2016	2015
Vendas e serviços prestados		13.890,35	13.341,01	27.231,36	50.861,50
Resultado bruto		13.890,35	13.341,01	27.231,36	50.861,50
Subsídios, doações e legados à exploração		420.884,55	51.617,86	472.502,41	877.776,97
Outros rendimentos		57.797,83	134,50	57.932,33	9.549,51
Gastos de distribuição		0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos administrativos		(251.992,75)	0,00	(251.992,75)	(321.214,36)
Fornecimentos e serviços externos		(215.511,77)	0,00	(215.511,77)	(239.651,19)
Gastos com pessoal		(36.480,98)	0,00	(36.480,98)	(81.563,17)
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros gastos		(252.844,24)	(114.029,57)	(366.873,81)	(695.470,08)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(7.000,74)	(853,94)	(7.854,68)	(15.700,00)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00	(4.988,00)
Outros gastos		(245.843,50)	(113.175,63)	(359.019,13)	(674.782,08)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(12.264,26)	(48.936,20)	(61.200,46)	(78.496,46)
Gastos de financiamento (líquidos)		(8.201,33)	0,00	(8.201,33)	(11.540,88)
Resultados antes de impostos		(20.465,59)	(48.936,20)	(69.401,79)	(90.037,34)
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		(20.465,59)	(48.936,20)	(69.401,79)	(90.037,34)

Lisboa, 1 de março de 2017

O Conselho de Administração
 Luís Alberto de Sá e Silva
 Jani Salomé Marques Silva
 Nelson António Mendes da Silva
 Fernando Jorge de Oliveira Paulino
 António Pereira Gonçalves
 José Vicente Costa de Carvalho
 José Santos Almeida

O Contabilista Certificado
 Nuno Pereira
 C.C. 51615



UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2015

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade				Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	1	312.915,92	70.922,63	(192.881,45)	190.957,10	190.957,10
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2	(192.881,45)		192.881,45	192.881,45	192.881,45
		(192.881,45)	0,00	192.881,45	192.881,45	192.881,45
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3			(90.037,34)	(90.037,34)	(90.037,34)
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3			102.844,11	102.844,11	102.844,11
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5					
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2015	6=1+2+3+5	120.034,47	70.922,63	(90.037,34)	293.801,21	293.801,21

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2016

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade				Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	6	120.034,47	70.922,63	(90.037,34)	100.919,76	293.801,21
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	(90.037,34)		90.037,34	0,00	0,00
		(90.037,34)	0,00	90.037,34	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8			(69.401,79)	(69.401,79)	(69.401,79)
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8			20.635,55	(69.401,79)	(69.401,79)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	10					
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2016	6+7+8+10	29.997,13	70.922,63	(69.401,79)	31.517,97	224.399,42

Lisboa, 1 de março de 2017

O Conselho de Administração
 Luís Alberto de Sá e Silva
 Jani Salomé Marques Silva
 Nelson António Mendes da Silva
 Fernando Jorge de Oliveira Paulino
 António Pereira Gonçalves
 José Vicente Costa de Carvalho
 José Santos Almeida

O Contabilista Certificado
 Nuno Pereira
 C.C. 51615



UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de associados e utentes		30.801,82	50.861,50
Recebimentos de subsídios		377.516,44	1.658.155,04
Pagamentos a fornecedores		(200.470,64)	(714.975,95)
Pagamentos ao pessoal		(136.343,50)	(217.996,25)
Caixa gerada pelas operações		71.504,12	776.044,34
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento		2.322,62	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		(344.978,00)	(782.083,57)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(271.151,26)	(6.039,23)
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		(3.668,75)	0,00
<i>Ativos intangíveis</i>		(947,10)	(6.058,27)
<i>Investimentos financeiros</i>		(992,83)	(1.528,91)
Recebimentos provenientes de:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		500.000,00	0,00
<i>Juros e rendimentos similares</i>		10,17	91,50
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		494.401,49	(7.495,68)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		360.000,00	394.300,00
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		(662.710,84)	(450.061,76)
<i>Juros e gastos similares</i>		(7.930,49)	(11.632,38)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(310.641,33)	(67.394,14)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(87.391,10)	(80.929,05)
Caixa e seus equivalentes no início do período		106.617,14	187.546,19
Caixa e seus equivalentes no fim do período	17.5	19.226,04	106.617,14

Lisboa, 1 de março de 2017

O Conselho de Administração
 Luís Alberto de Sá e Silva
 Jani Salomé Marques Silva
 Nelson António Mendes da Silva
 Fernando Jorge de Oliveira Paulino
 António Pereira Gonçalves
 José Vicente Costa de Carvalho
 José Santos Almeida

O Contabilista Certificado
 Nuno Pereira
 C.C. 51615



ANEXO

Nos termos da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, as divulgações a efetuar pelas ESNL em anexo às Demonstrações Financeiras correspondem às que abaixo se indicam.

1. Identificação da Entidade

A **União das Mutualidades Portuguesas** (UMP), é uma Associação Mutualista de grau superior sob a forma de União, constituída a 9 de agosto de 1980, encontrando-se registada na Direção-Geral da Segurança Social sob o nº 1/85, com fundos patrimoniais indeterminados, duração indefinida, número ilimitado de associados e âmbito de ação em todo o território nacional.

A UMP rege-se pelos diplomas legais aplicáveis e pelos seus Estatutos e tem como fins fundamentais, promover a defesa, desenvolvimento, cultura e práticas de solidariedade mutualista e assegurar a organização e representação do movimento mutualista.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto de Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que transpõe a Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da União das Mutualidades Portuguesas, de acordo com as NCRF-ESNL e no pressuposto da continuidade das operações.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela União das Mutualidades Portuguesas na elaboração das Demonstrações Financeiras de 2016 foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF,) aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, juntamente com as alterações introduzidas pelo Decreto de Lei n.º 98/2015.



3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e expectativas futuras, a UMP continuará a operar no futuro previsível assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” ou “Diferimentos”.

No entanto, no que diz respeito às quotizações dos associados foi adotado o regime de caixa, uma vez que a UMP não possui direito quanto à exigibilidade do saldo.

3.1.3 Consistência de Apresentação

Os conteúdos das Demonstrações Financeiras são consistentes com os do exercício anterior.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

Cada classe material de itens dissemelhantes é apresentada separadamente nas Demonstrações Financeiras. As Demonstrações Financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos, serem relatados separadamente estes não foram compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

Os conteúdos das Demonstrações Financeiras são comparáveis com os do exercício anterior.

3.2 Outras políticas contabilísticas:

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.



As depreciações foram calculadas pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo:

Activos fixos tangíveis	Número de anos
Equipamento transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 8

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Não existem “Bens do património histórico e cultural” registados.

3.2.3 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas.

As amortizações foram calculadas pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada natureza destes ativos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Activos Intangíveis	Número de anos
Projectos de Desenvolvimento	3
Programas de Computador	3
Marcas e Patentes	3

3.2.4 Investimentos financeiros

Encontram-se registados em “Investimentos Financeiros” a participação da UMP no Capital Social da Cooperativa António Sérgio Para a Economia Social (CASES), no montante de Euro: 17.000,00 €, correspondentes a 17 títulos. Igualmente, encontra-se registada a aquisição de Títulos de Dívida Pública, no montante de Euro: 55,42 €, investimento no Fundo de Compensação do Trabalho, no montante de Euro: 3.098,72 € e aquisição de Títulos da CCAM no montante de Euros: 2.500,00 €.



3.2.5 Instrumentos Financeiros

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui o montante disponível em 31.12.2016 em caixa e em depósitos bancários, à ordem e a prazo, que podem ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Créditos a receber

Os “Créditos a receber” encontram-se registados pelo seu valor nominal estando deduzidos no Balanço de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)”, para assim retratar o valor realizável líquido.

Fornecedores, Empréstimos e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores”, “Empréstimos” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos Patrimoniais” é constituída pelo Fundo Social, Fundo de Administração, Fundo de Solidariedade Associativa e Fundo de Reserva Geral) resultantes da aplicação dos Resultados Líquidos anuais, em conformidade com as disposições estatutárias da UMP e por outras variações nos fundos patrimoniais resultantes da fusão, na UMP, de Associações Mutualistas.

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

Estão registadas as contribuições obrigatórias a pagar à segurança social e as retenções na fonte de IRS a entregar ao Estado, em janeiro de 2017, em razão do processamento de salários e do pagamento de honorários sujeitos a retenção na fonte referentes ao mês de dezembro de 2016.

3.2.8 Financiamentos Obtidos

Os “Financiamentos Obtidos” encontram-se registados no passivo pelo valor nominal líquido da concessão desses empréstimos.

3.2.9 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras estão elaboradas pressupondo a continuidade da UMP.



3.2.10 Principais fontes de incerteza das estimativas:

A presente nota faz referência aos principais pressupostos em relação ao futuro adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras e que possam implicar um risco significativo de ajustamentos materiais à valorização de ativos e passivos do próximo período financeiro.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das Demonstrações Financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das Demonstrações Financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das Demonstrações Financeiras anexas foram os seguintes:

As vidas úteis dos ativos fixos tangíveis foram determinadas tendo por base os critérios do decreto regulamentar 25/2009, entendendo a Administração que os mesmos representam a melhor estimativa da utilidade esperada do ativo para a entidade.

As perdas por imparidade acumuladas relativas a créditos de Associadas foram objeto de anulação, tendo sido reavaliado o critério de reconhecimento do crédito, uma vez que as quotizações dos Associados passaram a ser reconhecidas através do Regime de Caixa, uma vez que a UMP não possui direito quanto à exigibilidade das quotas.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não aplicável.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Os critérios de mensuração, os métodos de depreciação e as vidas úteis usadas encontram-se referidos em 3.2.1.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2015, mostrando as adições, as revalorizações, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, encontram-se no seguinte quadro:



Descrição	2016				
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipam. de Transporte	Equipam. Administrativo	Total
Ativos					
Saldo inicial	116.750,00	350.250,00	14.540,00	37.142,64	518.682,64
Aquisições	0,00	0,00	0,00	3.668,75	3.668,75
Alienações	(116.750,00)	(350.250,00)	0,00	0,00	(467.000,00)
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	0,00	14.540,00	40.811,39	55.351,39
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	0,00	14.593,75	9.693,33	37.007,06	61.294,14
Amortizações do exercício	0,00	0,00	3.635,00	989,52	4.624,52
Alienações	0,00	(14.593,75)	0,00	0,00	(14.593,75)
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	0,00	13.328,33	37.996,58	51.324,91
Ativos líquidos	0,00	0,00	1.211,67	2.814,81	4.026,48

Descrição	2015				
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipam. de Transporte	Equipam. Administrativo	Total
Ativos					
Saldo inicial	116.750,00	350.250,00	14.540,00	37.142,64	518.682,64
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	116.750,00	350.250,00	14.540,00	37.142,64	518.682,64
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	0,00	7.588,75	6.058,33	36.411,10	50.058,18
Amortizações do exercício	0,00	7.005,00	3.635,00	595,96	11.235,96
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	14.593,75	9.693,33	37.007,06	61.294,14
Ativos líquidos	116.750,00	335.656,25	4.846,67	135,58	457.388,50

No exercício de 2016 foi alienado o edifício da sede da UMP tendo gerado uma mais valia contabilística no valor de Euro: 47.593,75 €.

6. Ativos Intangíveis

Os critérios de mensuração, os métodos de amortização e a vida útil usada encontram-se referidos em 3.2.3.

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2015, mostrando as adições, as revalorizações, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, encontram-se no seguinte quadro:



	2016			
	Despesas de Investigação e Desenvolvimento	Propriedade Industrial	Programas de Computador	Total
Ativos				
Saldo inicial	31.980,00	960,00	6.598,73	39.538,73
Aquisições	0,00	0,00	947,10	947,10
Saldo final	31.980,00	960,00	7.545,83	40.485,83
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo inicial	30.954,36	879,92	2.223,14	34.057,42
Amortizações do exercício	1.025,64	80,08	2.124,44	3.230,16
Saldo final	31.980,00	960,00	4.347,58	37.287,58
Ativos líquidos	0,00	0,00	3.198,25	3.198,25

	2015			
	Despesas de Investigação e Desenvolvimento	Propriedade Industrial	Programas de Computador	Total
Ativos				
Saldo inicial	31.980,00	960,00	540,46	33.480,46
Aquisições	0,00	0,00	6.058,27	6.058,27
Saldo final	31.980,00	960,00	6.598,73	39.538,73
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo inicial	28.492,97	559,95	540,46	29.593,38
Amortizações do exercício	2.461,39	319,97	1.682,68	4.464,04
Saldo final	30.954,36	879,92	2.223,14	34.057,42
Ativos líquidos	1.025,64	80,08	4.375,59	5.481,31

7. Locações

A UMP é detentora de uma viatura em locação financeira.

Locadora	N.º de Contrato	Bem	Valor Contrato	Data de Início	Data Final	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas
BBVA Consumer Finance	30039550	Viatura PeuGeot Partner Diesel - Matrícula 50-NQ-53	14.540,00	24/05/2013	24/10/2018	14.540,00	13.328,33

Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de ativo:

	Quantia bruta escriturada inicial	Amortizações/Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade e reversões	Quantia escriturada líquida
Equipamento de Transporte	14.540,00	(13.328,33)	0,00	1.211,67
Total	14.540,00	(13.328,33)	0,00	1.211,67



Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço e o seu valor presente para cada um dos seguintes períodos:

Descrição	Pagamentos		
	< 1 ano	> 1 e < 5 anos	> 5 anos
Viatura PeuGeot Partner Diesel - Matricula 50-NQ-53	2.633,75	2.798,71	0,00
Total	2.633,75	2.798,71	0,00

8. Custos de Empréstimos Obtidos

Descrição	2016		2015	
	Montante em dívida	Encargos Financeiros	Montante em dívida	Encargos Financeiros
Empréstimos Obtidos				
<i>Instituições Financeiras</i>				
Empréstimos bancários	171.000,00	7.127,90	253.477,17	9.824,89
Leasings Financeiros	5.432,46	343,46	8.066,21	484,47
<i>Outras Instituições</i>				
Instituto de Gestão Financeira Seg-Social	0,00	0,00	217.599,92	1.088,02
Total	176.432,46	7.471,36	479.143,30	11.397,38

9. Rédito

A UMP reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

Prestação de serviços – Esta rubrica diz respeito às quotizações das Associadas bem como a rendimentos provenientes das quotas dos utilizadores do Centro Infantil Dr. António da Costa Leal (CIACL), reconhecidas na demonstração dos resultados.

Juros - são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo;

Subsídios à Exploração- respeitam aos subsídios atribuídos à UMP pelo Estado, por outros Organismos e Entidades públicas e privadas e, quando aplicável, são reconhecidos segundo o regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante;

Outros rendimentos – Dizem respeito à mais-valia resultante da alienação da Sede Social da UMP, a participações recebidas para realização de eventos, a correções relativas a exercícios anteriores e à consignação de IRS recebida pela UMP.

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réditos:



Quantias dos réditos reconhecidas no período	2016		2015	
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período
Prestação de serviços	27.231,36	4,88%	50.861,50	5,42%
Subsídios	472.502,41	84,73%	877.776,97	93,55%
Outros Rendimentos e Ganhos	57.932,33	10,39%	9.549,51	1,02%
Juros	10,17	0,00%	91,50	0,01%
Totais	557.676,27	100,00%	938.279,48	100,00%

10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A UMP, por ausência de factos ou pressupostos geradores, não reconhece nas suas demonstrações financeiras provisões, passivos ou ativos contingentes.

11. Subsídios do Governo e apoios do Governo

Em 2016 e 2015, a UMP registou os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios à exploração”:

Descrição	2016	2015
Subsídios do Governo	153.328,17	150.010,28
MTSS	153.328,17	150.010,28
Subsídios e Apoios de Outras Entidades Publicas	286.601,92	702.606,69
POISE	205.634,10	46.859,96
POPH	0,00	564.144,29
ISS, IP. (Acordo Cooperação Creche CIACL)	42.347,86	0,00
IEFP - Estágios	3.619,96	1.602,44
IEFP - Comp.Congresso Nac.Mutualismo	0,00	50.000,00
IEFP - Protocolo Cooperação	35.000,00	40.000,00
Subsídios de Outras Entidades	32.572,32	25.160,00
CASES	23.302,32	25.000,00
Outros	9.270,00	160,00
Total	472.502,41	877.776,97

12. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.



13. Impostos sobre o Rendimento

Não aplicável.

14. Instrumentos Financeiros

As bases de mensuração e as políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros, encontram-se descritas no anterior Ponto 3.2.5. e nos pontos 17.2 a 17.8, estão decompostas as respetivas contas.

15. Benefícios dos empregados

Funcionários

O número médio de funcionários da UMP, em 2016, foi de 13 funcionários (17 no final de dezembro de 2016). Este número inclui os funcionários que se encontram exclusivamente afetos ao projeto POISE (5), os funcionários afetos ao CIACL (9) e os afetos à atividade normal da UMP (3) no exercício de 2016.

No ano anterior o número médio de trabalhadores foi de 14 (afetos aos projetos POISE, POPH e à atividade normal da UMP).

Os gastos que a UMP incorreu com os funcionários ao seu serviço e não afetos ao Projeto POISE ou ao CIACL foram os seguintes:

Gastos Com Pessoal	2016	2015
Remunerações dos órgãos associativos	0,00	0,00
Remunerações do pessoal	27 668,96	63 862,25
Encargos sobre remunerações	7 064,18	16 388,26
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	950,67	926,26
Gastos de acção social	122,17	0,00
Outros	675,00	386,40
Total	36 480,98	81 563,17

Os gastos com pessoal (Remunerações e Encargos) afetos ao projeto POISE e ao CIACL totalizaram no exercício o montante de 256.060,08 euros estando contabilizados em rubrica específica da conta de outros gastos (vide nota 17.12).

Órgãos associativos

Não houve qualquer alteração à composição ou à titularidade dos Órgãos Associativos em 2016.



Os titulares dos Órgãos Associativos não auferiram qualquer remuneração. O exercício das suas funções é feito em regime de voluntariado.

16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A UMP não apresenta dívidas ao Estado nem à Segurança Social em situação de mora com referência ao exercício de 2016.

17. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das Demonstrações Financeiras são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015, a UMP detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2016	2015
Investimentos noutras entidades	17.000,00	17.000,00
Outros Métodos	17.000,00	17.000,00
Outros Investimentos	5.654,14	4.661,31
Titulos da Dívida Pública (Justo valor)	55,42	55,42
Fundo Compensação Trabalho	3.098,72	2.105,89
Outros Títulos	2.500,00	2.500,00
Total	22.654,14	21.661,31

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Fundadores/associados/membros	224,87	27.266,38
Perdas por imparidade	0,00	(24.522,98)
Valor Líquido	224,87	2.743,40

Descrição	2016	2015
Imparidade reconhecida no período	0,00	4.988,00
Total	0,00	4.988,00

A UMP reavaliou o critério de reconhecimento das quotizações dos seus associados, passando a contabiliza-las pelo Regime do Caixa, abandonando o Regime do Acréscimo, pelo que se



registou a anulação dos montantes em mora até então considerados como perdas por imparidade.

17.3 Créditos a receber

A rubrica “Créditos a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2015
Utentes	530,65	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	301.510,80	102.980,85
ISS, IP (Acordo Cooperação CIACL)	10.396,78	0,00
POISE	0,00	46.859,96
IEFP	38.619,96	49.480,47
POISE	252.494,06	0,00
CASES	0,00	6.250,00
Comparticipações Ceia Medieval	0,00	390,42
Outros Devedores	79.482,31	80.857,34
Total	381.523,76	183.838,19

17.4 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Diferimentos” englobava os valores a reconhecer como gastos com Seguros.

17.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Caixa	548,10	66,47
Depósitos à ordem	18 677,94	106 550,67
Outras Aplicações Financeiras	0,00	0,00
Total	19 226,04	106 617,14

Os registos nas diversas rubricas da demonstração dos fluxos de caixa correspondem efetivamente aos recebimentos/pagamentos observados, sendo registados numa base bruta, i.e., não compensando entradas com saídas, exceto quanto a recebimentos e pagamentos (de caixa) dos itens em que a rotação seja rápida, as quantias sejam grandes e os vencimentos sejam curtos (p.ex. utilizações e amortizações de contas caucionadas, financiamentos por recurso a desconto de títulos, cheques e factoring).



Os pagamentos a fornecedores e outros englobam IVA e outros impostos e taxas liquidados nas transações realizadas. Os pagamentos ao pessoal não incluem as retenções efetuadas nem outros encargos devidos pela própria sociedade mas que não lhes sejam pagos, os quais são registados em outros recebimentos/pagamentos operacionais.

Os dividendos e juros recebidos são registados pelo valor líquido das inerentes retenções de impostos.

17.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores C/C	22 427,31	4 308,72
Total	22 427,31	4 308,72

17.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016		2015	
	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor
Estado e outros entes públicos				
Retenções de imposto sobre o rendimento		7 105,00	2 322,62	2 483,23
IVA				69,00
Contribuições para a Seg. Social/ADSE/CGA		7 750,74		4 701,45
Total	0,00	14 855,74	2 322,62	7 253,68

17.8 Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Pessoal		
Remunerações a pagar	11.878,33	9.039,70
Credores por Acréscimos de gastos	69.239,89	11.222,16
Outros Credores (Entidades Parceiras Proj. POPH - Prev.Ganhar - POISE e outros)	45.351,60	109.750,54
Outros Credores - Caixa Econ. Montepio Geral	58.933,21	58.933,21
Total	185.403,03	188.945,61

17.9 Fundos Patrimoniais



Descrição	2016	2015
Fundos:		
Fundo Social	6.948,79	6.948,79
Fundo de Administração	-232.231,41	-153.657,28
Fundo de Solidariedade Associativo	261.505,00	253.324,68
Fundo Reserva Geral	-6.225,25	13.418,28
Outras Variações - Doações	70.922,63	70.922,63
Resultado Líquido do Período	-69.401,79	-90.037,34
Total	31.517,97	100.919,76

17.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Subcontratos	0,00	28 000,00
Serviços especializados	112 417,86	116 423,96
Materiais	5 529,89	7 456,35
Energia e fluidos	4 005,44	7 478,24
Deslocações, estadas e transportes	63 366,55	47 386,02
Serviços diversos	30 192,03	32 906,62
Total	215 511,77	239 651,19

17.11 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	1,53	1,16
Rendimentos e ganhos nos restantes activos não financeiros	47 593,75	0,00
Outros rendimentos e ganhos	10 337,05	9 548,35
Total	57 932,33	9 549,51

17.12 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:



Descrição	2016	2015
Impostos	307,62	750,03
Outros Gastos e Perdas		
Correcções relativas períod.anteriores	2.108,03	1.483,73
Quotizações	0,00	9.824,84
Enc.C/Realização Proj. POPH (Proj.Formação-Ação, Proj. Prevenir P/Ganhar e Proj. PIVS)	0,00	660.524,44
Enc.C/Realização Projeto POISE	205.634,10	0,00
Enc.C/Acordo de Cooperação IEFP	37.360,48	0,00
Enc.C/CIACL	113.175,63	0,00
Outros Gastos e Perdas	433,27	2.199,04
Total	359.019,13	674.782,08

Dos encargos assumidos em 2016 com o projeto POISE (no montante de 205.634,10 €), 195.732,60 € estão relacionados com gastos com o pessoal.

Dos encargos assumidos em 2016 com o CIACL (no montante de 113.175,63 €), 60.327,48 € estão relacionados com gastos com o pessoal.

17.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016	2015
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	7 471,36	10 309,36
Juros de mora e compensatórios	0,30	777,24
Outros gastos e perdas de financiamento	739,84	545,78
Total	8 211,50	11 632,38
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	10,17	91,50
Total	10,17	91,50
Resultados financeiros	(8 201,33)	(11 540,88)

18. Acontecimentos após a data do balanço:

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Após o encerramento do período e até à elaboração do presente anexo não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão a 01 de março de 2017, pelo Conselho de Administração em exercício.



Lisboa, 01 de março de 2017

O Conselho de Administração,

Presidente - Luís Alberto de Sá e Silva

em representação de A Familiar de Grijó – Associação Mutualista

Vice-Presidente Norte - Jani Salomé Marques Silva

em representação de A Familiar – Associação de Socorros Mútuos da Póvoa de Varzim

Vice-Presidente Centro – Nelson António Mendes da Silva

em representação da Associação de Socorros Mútuos "Mutualista Covilhanense"

Vice-Presidente Lisboa e Regiões Autónomas - Fernando Jorge de Oliveira Paulino

em representação da Associação de Socorros Mútuos Setubalense

Vice-Presidente Sul - António Pereira Gonçalves

em representação da Associação de Socorros Mútuos Montepio Grandolense

Vogal - José Vicente Costa de Carvalho

em representação da Associação de Socorros Mútuos Fraternal dos Artistas Vilafranquenses

Vogal - José Santos Almeida

em representação de Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança

Contabilista Certificado

Nuno Pereira

C.C. 51615



V. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Estimadas Associadas,

Em cumprimento das competências delineadas nos termos da alínea b), do nº 1, do artigo 33º dos Estatutos da União das Mutualidades Portuguesas, o Conselho Fiscal submete à vossa apreciação o seu Parecer sobre o Relatório e Contas de 2016, elaborado pelo Conselho de Administração.

1. O Conselho Fiscal acompanhou regularmente a gestão da União das Mutualidades Portuguesas.
2. No âmbito das suas funções, o Conselho Fiscal contou com todo o apoio e colaboração do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas, do Contabilista Certificado e dos Serviços Administrativos e Financeiros da UMP, na disponibilização de toda a informação que considerou necessária para o exercício das suas funções.
3. As Demonstrações Financeiras da União das Mutualidades Portuguesas, relativas a 2016, apresentadas pelo Conselho de Administração, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL - Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho).
4. Na sequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório e Contas de 2016 apresentado pelo Conselho de Administração, divulga de forma abrangente e transparente as atividades desenvolvidas pela União das Mutualidades Portuguesas e, igualmente, que as Demonstrações Financeiras respeitam as disposições legais e estatutárias aplicáveis, sendo adequadas à compreensão da sua situação financeira.

PARECER

Em face do exposto, o Conselho Fiscal dá parecer favorável ao Relatório e Contas de 2016 da União das Mutualidades Portuguesas, propondo a sua aprovação bem como a aprovação da proposta do Conselho de Administração de aplicação dos resultados líquidos de 2016.

Lisboa, 2 de março de 2017

O CONSELHO FISCAL

Presidente – Licínia de Paula Monteiro Pereira Martins
em representação de A Previdência Familiar do Porto- Associação de Socorros Mútuos

Vogal – Jorge Carlos da Conceição Cordeiro
em representação da Associação de Socorros Mútuos 1º de Dezembro

Vogal – António Fernando da Silva Sousa
em representação da Associação de Socorros Mútuos Restauradora de Avintes



